

# Sobre *apropriações e circularidades*: memória do cativo e política cultural na Era Vargas

Angela de Castro Gomes  
Hebe Maria Mattos\*

**RESUMO:** O artigo visa, numa primeira parte, examinar os termos da releitura Estado-novista da história do Brasil, manifesta especialmente na revista *Cultura e Política* e nas transmissões radiofônicas semanais do Ministro do Trabalho, situando o contexto de sua formulação e os conteúdos e figuras inscritos em seu enredo. Na segunda parte, busca-se correlacionar os termos dessa proposta política com a sua recepção por parte específica da população de trabalhadores do país: os descendentes de escravos que viveram a Era Vargas ou que dela têm notícias por parte de pais e avós.

**PALAVRAS-CHAVE:** política cultural – trabalho – Estado Novo – escravatura

ESTE ARTIGO É O RESULTADO DO DIÁLOGO de duas pesquisas, realizadas separadamente e que, sem articulação prévia, convergiram para o debate de um importante tema historiográfico e de uma questão teórico-metodológica que envolve o uso da História Oral.

O tema pode ser traduzido por alguns conceitos, hoje, de grande utilização nos estudos de história política, social e cultural. São eles, *circulação de idéias*, vindo dos trabalhos de Carlo Guinsburg e *apropriação*, vindo das reflexões de Roger Chartier. Ou seja, o tema remete a um dos mais clássicos e complexos problemas da área das ciências humanas, pois procura dar conta do processo pelo qual as interpretações da realidade social, produzidas por intelectuais de vários tipos, são *recebidas e transformadas* por uma ampla população de interlocutores, aos quais se destina mais ou menos especificamente. Dito de outra forma: como idéias, propostas e projetos sobre *o que é*, e, mais ainda,

ARTIGO

\* Professoras do Departamento de História da UFF-RJ.

sobre o que deve ser o mundo no qual se vive são percebidas e reelaboradas pelos numerosos e muito diferenciados *cidadãos comuns*. As premissas teóricas embutidas em tais conceitos, mesmo considerando-se sua variação, são a de que os *receptores da mensagem* nunca são passivos neste processo, atribuindo sentidos próprios a elas, conforme as experiências de vida de que são portadores. Daí que uma “mesma” idéia possa ganhar múltiplas leituras ou, o que é um outro lado da moeda, que o produtor de “uma idéia” não possa nela inscrever um único sentido, mesmo que ele assim o deseje.

A questão teórico-metodológica diz respeito a como o uso da história oral pode ser um recurso extremamente profícuo e operacional para se ter acesso à dinâmica desse processo de *circulação/apropriação*. Como, através do uso de entrevistas e mesmo que este não seja o objetivo precípuo da pesquisa original que as gerou, é possível se mapear formas de absorção de idéias, formuladas como projetos políticos datados, e que passam a integrar a memória de grupos sociais por largo período de tempo, constituindo-se em um verdadeiro imaginário coletivo.

O tema e questão serão explorados a partir do que talvez se possa chamar de um estudo de caso. Durante o primeiro governo Vargas, especialmente no período do Estado Novo, pode-se acompanhar uma série de iniciativas governamentais, no campo das políticas culturais, tendo em vista localizar e legitimar não só os arranjos institucionais do regime, como igualmente a figura de seu *chefe*, Getúlio Vargas. Uma destas iniciativas destinou-se a uma revalorização do *passado* brasileiro, retomando a investigação, tão cara aos anos 1920, das características e sentido de nossa formação nacional. Desta forma, inúmeros textos, dos mais diversos intelectuais (em livros, revistas e jornais), e inúmeros empreendimentos públicos (fundação de museus, criação do Serviço do Patrimônio Histórico e de núcleos do Instituto Histórico e Geográfico nos estados, etc.) contribuíram para a realização de uma releitura da História do Brasil.

Uma das pedras de toque desta proposta estado-novista de História do Brasil voltava-se para o que se pode considerar uma “história do trabalho” ou uma “história da questão social” no Brasil. Nela, uma clara periodização é realizada, caracterizando-se então dois tempos básicos, a partir de uma intervenção política capital, expressa nas leis sociais *doadas* por Vargas. Esta iniciativa e esta figura se transformam, assim, no referencial por excelência de um novo tempo, obscurecendo todos os seus antecedentes.

A proposta do artigo é, assim, numa primeira parte, examinar com mais vagar os termos dessa releitura de História do Brasil, situando o contexto de sua formulação e os conteúdos e figuras inscritos em seu enredo. A seguir, numa segunda parte, busca-se correlacionar os termos dessa proposta política com sua recepção por uma parte muito específica da população de trabalhadores do país: os

descendentes de escravos que viveram a era Vargas ou dela tiveram notícias por parte de seus pais e avós. Esta possibilidade foi aberta por uma pesquisa desenvolvida com outros objetivos, mas que acabou por revelar, de maneira muito clara, como se estabeleceu uma *comunidade de sentidos* entre a *mensagem* governamental e a *experiência* da população a que se destinava.

## 1. CONSTRUINDO UM NOVO TEMPO...

Já se tornou ponto praticamente consensual na literatura histórica brasileira assinalar a centralidade do período estado-novista (1937-45) para o desenvolvimento de uma ampla, sistemática, diversificada e sofisticada política cultural no país. Tal iniciativa distingue-se de quaisquer outras que lhe são anteriores, tanto pelo imenso envolvimento direto do Estado, quanto porque os agentes especializados, nela avocados, podiam contar com recursos financeiros e tecnológicos de alcance e eficácia muito maiores.

Entretanto, é preciso não confundir o engajamento consciente de parcelas da burocracia estatal neste empreendimento com um simplista e maquiavélico exercício de “manipulação de massas”. Os elementos simbólicos alocados e os sentimentos mobilizados por uma política cultural estatal não são escolhas arbitrárias, estando vinculados a tradições cujas raízes se encontram no passado de comunidades com identidades que têm que ser levadas em conta. Se há um processo de seleção e recriação de símbolos, ritos e idéias, a legitimidade buscada fundamenta-se em fatos e valores preexistentes, que devem ser observados e respeitados, para então serem tratados pela propaganda oficial. É neste difícil equilíbrio que a diversidade social pode se transformar em homogeneidade política, que inclui áreas significativas de unidade cultural. Neste último espaço, avulta a definição e a divulgação de uma história nacional, capaz de identificar uma “origem” comum e, a partir dela, refletir sobre o presente e o futuro do Estado-nação.

Assim, o que se procurará realizar nesta parte do artigo é uma reconstituição dos esforços governamentais voltados para uma releitura da História do Brasil cujo eixo diretor está assentado no enfrentamento de uma das questões-chave do período pós-30: a questão do trabalho. As fontes utilizadas envolvem dois conjuntos documentais dos quais serão retirados textos pontuais, pouco numerosos e bem específicos do que se deseja demonstrar. São elas, a revista *Cultura Política*, editada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), vinculado diretamente à Presidência da República, entre 1941 e 1945; e as palestras semanais proferidas pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, que também acumulava a pasta da Justiça, entre 1942 e 1945, pelo rádio, no programa oficial a *Hora*

do Brasil. O sugestivo título da série de palestras ministeriais era *Falando aos trabalhadores do Brasil*, numa clara alusão ao bordão utilizado pelo presidente Getúlio Vargas nos discursos dirigidos ao “povo”: *Trabalhadores do Brasil!*

A criação da revista *Cultura Política* e a iniciativa do ministro Alexandre Marcondes Filho de falar semanalmente pelo rádio aos trabalhadores devem ser entendidas no bojo do conjunto muito mais vasto que constituiu a política cultural e a propaganda estado-novistas, especialmente em inícios dos anos 1940, quando a segunda guerra era fato consumado e o alinhamento Brasil – Estados Unidos fato “anunciado” como inevitável. No caso da revista, os objetivos eram atingir um grande público letrado, informando-o e esclarecendo-o sobre as transformações que se vinham processando na política, na economia, nas letras, nas artes, nas ciências etc, sob o governo Vargas. Já *Falando aos trabalhadores do Brasil* voltava-se, efetivamente, para um público não necessariamente letrado e por isso, muito mais numeroso e formado basicamente por trabalhadores manuais. Esta ampla e até então ignorada faixa da população devia igualmente conhecer os feitos do governo Vargas, sobretudo aqueles que lhe diziam diretamente respeito. Vale dizer, que abarcavam a política social/trabalhista do regime, com todos os seus desdobramentos para a economia e a cultura do país. Se a revista unia explicitamente cultura e política, as palestras uniam política e trabalho, mas ambas tinham a preocupação explícita de “formar consciências em apoio aos ideais do Estado Novo, que eram os ideais do presidente Vargas e da nacionalidade brasileira”.

Como todos os empreendimentos de divulgação das realizações do período, *Cultura Política* foi editada com um cuidado exemplar. Dividida em seções, cada uma vinha sempre precedida de uma nota introdutória onde se esclarecia o tema que seria nela desenvolvido, sendo fornecida também uma biografia do autor ou autores que assinavam as matérias.

Para as finalidades desse artigo, importa a última seção que integrou o perfil da publicação, em especial em seus 15 primeiros números, quando apresentou uma estrutura fixa de seis seções: *Brasil social, intelectual e artístico*. Nela abria-se um amplo espaço, subdividido em várias partes, onde se encontrava o núcleo básico programático da publicação no que se referia à política cultural do Estado Novo. Uma destas partes intitulava-se *História* e é ela que oferece quantitativa e qualitativamente maiores oportunidades para uma reflexão sobre que “versão” da história do Brasil estava sendo configurada no Estado Novo.<sup>1</sup>

Mas antes de examinar esta “versão”, é interessante tecer algumas considerações sobre a série de editoriais escrita por Rosário Fusco, o intelectual responsável pela seção como um todo, na medida em que neles são demarcados os objetivos mais gerais a serem alcançados. O primeiro aspecto a ressaltar é o da existência de um nítido núcleo de argumentação, no qual, para além da aspecto substantivo

tratado, há sempre uma idéia recorrente sendo explicitada e repetida. No caso, a narrativa de fundo centra-se no apoio do regime aos empreendimentos culturais que deslancham de forma nunca vista, celebrando de um lado, um acordo entre intelectuais e Estado e de outro, a riqueza e grandeza do patrimônio cultural de nosso povo. Sob o patrocínio do Estado, agora presente inequivocamente, o progresso sócio-cultural do país estava sendo alcançado, respeitando-se a autonomia de pensamento dos intelectuais e a sensibilidade e criatividade de nossas “gentes”.

Estado, intelectuais e povo uniam-se neste esforço que entendia não haver desenvolvimento sócio-econômico possível, sem estímulos e bases político-culturais. Neste sentido, se a política tinha um papel central e fecundador, reconhecia-se igualmente seus limites e as condições de sua eficácia. Ela precisava estar orientada por “profissionais” detentores da capacidade rara e definida como “hábito de pensar”, que justamente por isso facilitavam/intermediavam a comunicação com as tradições culturais mais profundas da nacionalidade. O pacto, finalmente alcançado, entre intelectuais e aparelho de Estado resguardava a *liberdade de inteligência* e garantia o apoio múltiplo do estado aos empreendimentos culturais.

Esta integração era considerada fundamental, uma vez que já havia ficado claro que as leis, por mais sábias e perfeitas que fossem como documentos de boa vontade humana, precisariam estar convergindo com o “espírito de uma nacionalidade”. A grande virtude do Estado Novo para *Cultura Política* era ter consciência deste fato e estar trabalhando com ele de forma exemplar. Sabia dos limites impostos à ação política pelo distanciamento de um *Brasil real*, que precisava ser conhecido e considerado. Sabia da necessidade de superação de obstáculos que não eram só materiais, envolvendo a delicada tarefa de criação de uma nova *mentalidade* capaz de impulsionar o país para o futuro com ordem e sem traumatismos. Sabia que tal *mentalidade* dependia de uma adequação entre *política* e *espírito nacional*, ou seja, que este *espírito* poderia ser, ao mesmo tempo, *encontrado e produzido* pela parceria de políticos e intelectuais.

Portanto, o *espírito nacional* de um país podia, ainda seguindo *Cultura Política*, muito bem ser encontrado/produzido - há sempre esta ambigüidade constitutiva - nos costumes, na religião, na língua e no passado do povo. Toda a política do pós-37 era uma reação às orientações anteriores que romantizavam o futuro, hipervalorizavam o presente e condenavam e temiam o passado. Havia um erro “original” de nossas elites políticas no tratamento dos “tempos”, que estava sendo corrigido pelo Estado Novo. Ele enfrentava os problemas do presente, sem idealizações do futuro, exatamente porque não se negava a refletir sobre o passado, entendendo-o como um *manancial de inspiração*.<sup>2</sup> O passado, segundo tal orientação, não poderia mais ser tratado como uma espécie de fantasma a assombrar e poluir o *espírito nacional*, não só por seu desconhecimento, como também

por um certo sentimento de inferioridade que precisava ser definitivamente exorcizado. Como um *manancial de inspiração* ele devia funcionar como uma bússola a orientar a nova política nacional, que desacreditava de modelos universais, investindo em diretrizes eficazes porque sintonizadas com a realidade singular de cada nacionalidade.

Como se pode verificar, impunha-se, para as finalidades de realismo político do governo Vargas, uma nítida valorização do passado, o que implicava tanto uma leitura positiva, mas não idealizada, sobre ele, como a implementação de iniciativas que o divulgassem junto a população em geral. O “lugar” do passado na política cultural estado-novista é assim crucial, mas ele não é delineado de forma “unitária”, havendo duas concepções sendo propostas e convivendo lado a lado. A de um passado ligado à cultura popular e que, manifestando-se através de um conjunto de tradições – festas, lendas, mitos, canções, costumes alimentares, práticas religiosas e medicinais etc. –, convivia com o presente, encerrando uma idéia de tempo não-datado. Este passado apontava de maneira forte um sentido de continuidade na formação nacional brasileira, não excluindo diversidades próprias à sua concepção mais “espacial”, particularmente compreensível pelo tamanho de nosso território.

Ao lado deste passado “tradicional” e “espacial” da cultura popular, havia um outro passado, “histórico”, ligado a uma idéia de tempo linear, datado e referido à memória de fatos e personagens únicos, existentes numa sucessão, à qual é vedado conviver com o presente. Ambos os sentidos de passado, ambas as formas de postular sua relação com o presente e o futuro, contudo, convergiam para a meta de *recuperação e valorização da memória do povo brasileiro*. Nela, o “lugar da história” seria extremamente relevante porque aí se situava o inspirador e diretor máximo de todo este esforço: o presidente Vargas.

Esta releitura da história do Brasil então empreendida teve alguns eixos capitais que podem ser apreendidos pelo conjunto de artigos de *Cultura Política*. O primeiro a ser apontado, diz respeito à construção de uma interpretação de nossa história que postula ter ela um verdadeiro “sentido”, identificado no processo de centralização política iniciado com Tomé de Souza e ganhando contornos definitivos com Getúlio Vargas. A “vocaçào” centralizadora constatada na história do Brasil, confirmava-se em todas as experiências fracassadas de descentralização, desde as capitanias hereditárias até o hiperfederalismo republicano.

O segundo eixo interpretativo é bem menos evidente e envolve uma leitura dos acontecimentos históricos onde se procura demarcar que, na luta contínua por autonomia/independência/soberania (neste deslizamento), o povo brasileiro esposava valores e ideais cuja realização se concretizou apenas sob o regime republicano. Isto é, sem descurar da “glória imperial”, centralizadora e responsável pela

unidade religiosa e territorial, a história do Brasil então proposta era a de um “povo republicano”, sendo a idéia de República associada a da verdadeira liberdade e democracia ante modelos internacionais, mais uma vez expressas pelo Estado Novo.

Inúmeros artigos da seção *História* retomam os episódios das lutas travadas no período colonial e imperial para acentuar os sentimentos republicanos que os permeavam, destacando-se personalidades como Tiradentes e várias lideranças pernambucanas dos séculos XVIII e XIX. Esta interpretação se reforçava com um terceiro ponto, que remetia fundamentalmente à questão de uma periodização para a história do Brasil. Neste caso, diversos articulistas revisitam alguns dos mais emblemáticos acontecimentos de nossa história, como a Independência, a Abolição e a própria proclamação da República, com a finalidade de destacar que eles não tiveram “grande beleza”, ou porque foram mais episódios simbólicos – datas fechando um processo em curso, casos da Independência e da República –, ou porque foram atos cujos desdobramentos causaram grandes problemas à nação, caso exponencial da Abolição.<sup>3</sup>

Desta forma, na ótica de *Cultura Política*, como grande divisor do tempo histórico emergia a Revolução de 1930 e seu corolário, o Estado Novo, que finalmente garantira a soberania do país sob um regime republicano e centralizador. Como maior evento deste novo tempo, apontava-se o enfrentamento definitivo da “questão do trabalho”, finalmente solucionada pela grande obra legislativa de *chefe/amigo/pai* Getúlio Vargas.

## 2. QUEM LIBERTOU OS ESCRAVOS DO BRASIL?

Seguindo uma norma muito freqüente nos estudos históricos, vários articulistas de *Cultura Política* argumentam que já se passara tempo suficiente para que se pudesse voltar ao episódio da Abolição com uma perspectiva mais desapaixonada e crítica. O que pretendiam, em especial, era fixar as conseqüências do que nomeiam de *tremendo abalo*, antecipando o tipo de avaliação que seria desenvolvida.

É preciso, contudo, ficar claro que tais contribuições, ilustradas aqui por alguns textos da publicação examinada, estavam longe de desalojar a versão até então mais corrente, que consagrava o episódio como um dos momentos de glória de nossa história, bem como elevava sua titular – a Princesa Isabel – à categoria de quase santa em nossa galeria de heróis. O que é interessante observar é a presença de uma “outra” interpretação para o episódio, cuja marca, usando uma terminologia atual, era a da “desconstrução” da glória e da grandeza da Abolição e da Princesa.

Além disso, é necessário igualmente ressaltar que tal convivência certamente trouxe tensões, mas igualmente trouxe possibilidades combinatórias nos arranjos produzidos pela memória nacional. Ou seja, o reconhecimento do *tremendo abalo* sofrido pelo país com a Abolição, não estava impedido de conviver com uma imagem sacralizada de governante política piedosa e digna de respeito e admiração. Finalmente, é conveniente lembrar que, com frequência, “desconstruções” também não são “ingênuas” e associam-se, mais ou menos conscientemente não importa, a novas “construções”. No caso em exame, é nítido quem sai “ganhando” com esta nova versão do episódio da Abolição, ele mesmo direta e definitivamente ligado às causas da República.

De maneira breve e esquemática, vale a pena reconstituir os principais aspectos da argumentação encaminhada. O ponto de partida é a constatação de que a Abolição traria *inevitavelmente* prejuízos e perturbações a toda a vida nacional e que tal fato era do conhecimento das elites políticas imperiais, inclusive de D. Pedro II. O problema era então pensar se tais malefícios poderiam ter sido *atenuados* por outro encaminhamento político. Os seja, segundo as reflexões de uma *política realista* como a do Estado Novo, não bastava ponderar que uma medida fosse digna e justa; era preciso que fosse também adequada e oportuna.

O segundo ponto era o reconhecimento de que a campanha abolicionista era “um dos mais notáveis feitos da nacionalidade brasileira”.<sup>4</sup> Mas, há sempre um mas, aqueles “que a levantaram não tinham qualquer responsabilidade governamental e a paixão pela causa não lhes permitia discernir quaisquer inconvenientes decorrentes dela. Por serem sinceros, eram parciais.” (Linhares, *Cultura Política*, 22, p. 103). Aí entra a participação dos governantes: ministros, princesa e imperador. D. Pedro, nesta leitura, vinha sistematicamente sendo avaliado pelos estudos históricos em função de uma confusão básica: suas inegáveis qualidades humanas, de bondade e tolerância, eram misturadas com suas qualidades de homem de governo, tarefa para a qual o monarca “não tinha jeito algum” (Prazeres, C.P., 34, p. 199 e 202).

D. Pedro II tinha como ideal ser considerado um monarca culto e não um habilidoso político. Não soubera, por sucessivas vezes, negociar com o Parlamento, tirando dele um ministério realmente forte e capaz de conduzir os negócios públicos. Aliás, muitas das dissoluções parlamentares realizadas no Império visaram antes salvar ministérios, do que os interesses do Estado. D. Pedro sabia, como suas diversas falas durante os anos 1880 atestavam, que a questão servil estava liquidada após a lei do Ventre Livre e dos Sexagenários. O mais, sem descurar dos abolicionistas, eram lutas políticas e embates eleitorais. Mas ele não soubera ou não pudera (estava doente...), organizar, em junho de 1889, um Ministério capaz de encaminhar medidas que prolongassem a vida da Monarquia.



A princesa Isabel acabara assim lançando o trono à fogueira, “julgando tê-lo atirado à água com o decreto da abolição”. O perfil político e pessoal da princesa é extremamente negativo nesta versão. Ela sabia das dificuldades para um novo reinado e achou que poderia tornar-se popular aderindo ao movimento abolicionista, apesar de claras indicações de que seu pai não o faria. Seu gesto fora “político-queiro” e “demagógico”. Ela procurou “explorar a ingenuidade dos simples”, buscando apoio e tranqüilidade para herdar o trono. “O povo não deixaria que fosse afastada deste trono aquela que havia decretado a abolição, livrado o Brasil dessa mancha”.<sup>5</sup> A princesa desprezara os conselhos de Cotegipe que saíra do ministério e a advertira que ela ganhara a partida, mas perdera o trono. Resumindo, nem D. Pedro II, nem Isabel tiveram energia, habilidade e clarividência, qualidades próprias aos estadistas, que eles não foram.

Mas o ponto fundamental é o das conseqüências desorganizadoras da abolição sobre quatro *elementos* fundamentais: a terra, a raça branca, a raça negra e o trabalho. A terra, apesar dos horrores da escravidão, atenuados, na época, pela adoção muito corrente da interpretação de Gilberto Freire, era *amada e possuída pelos brasileiros*. Após a abolição, de forma rápida, a síntese é de que as águas, os matos, os insetos (a saúva) e os animais daninhos tudo invadiram e destruíram. A raça branca, recorrendo-se a Oliveira Viana, mau grado todos os percalços e insuficiências, vinha-se estruturando em uma aristocracia necessária ao país. A abolição fora um golpe arrasador em seu prestígio e convicções. Ficamos como que sem uma elite. A raça negra fora um grande mártir, pois se a escravidão era severa e dura, era útil. Era uma *escola* de disciplina e trabalho, onde o escravo, por representar capital e produção, era alimentado e cuidado pelo senhor, que tinha interesse em conservá-lo. Com a abolição, os negros ficaram *sem meios e sem fins*. Seus ex-senhores não se aparelharam para lhes pagar salários como grande massa de libertos, e eles mesmos, pelo passado escravista, não se dispunham a trabalhar e nem sabiam o que fazer com sua liberdade.<sup>6</sup> Apesar de longa, a citação é pedagógica:

“Os pretos entraram a beber cachaça para esquecer as agruras; a comer quase que só mandioca para mitigar a fome; a impaludar-se pelos rincões e brejos onde ergueram os sórdidos casebres, bem piores que as senzalas; (...) desamparados de qualquer assistência médica, valendo-se apenas de seus curandeiros; a retrogradar, (...); a perder os salutareos hábitos de trabalho, disciplina e morigeração, lançando-se em licenciosidade, malandragem e anarquia.”<sup>7</sup>

Como desdobramento necessário, a maior de todas as vítimas da abolição foi o trabalho. O autor lamenta a falta de dados estatísticos que permitissem dimensionar em algarismos o choque sofrido. Entretanto, bastaria salientar que logo após a abolição veio a República e uma grande reorientação da economia

internacional e nacional em direção à industrialização. E a mão-de-obra brasileira desorganizada e desamparada. O Brasil entra em colapso que dura cerca de meio século:

“Tornou-se preciso, praticamente, começar tudo de novo. E chegou-se ao extremo de ser necessária a vitória de uma revolução para finalmente, se realizarem as adaptações e as transformações que desde a abolição se tornaram imprescindíveis ao país.

Apenas agora as leis trabalhistas fizeram cessar verdadeiramente entre nós a era escravagista e, assim mesmo, em teoria, porquanto ainda se acha em formação a mentalidade capaz de lhe dar plena execução.” (Linhares, C.P., 22, p. 109).

A periodização está lançada e assentada no fim da *era escravagista*, demarcada não tanto pela Lei Áurea da Princesa, que mais danos do que benefícios trouxe, mas pela legislação social do “pai dos pobres”, Getúlio está assim inaugurando uma nova era de respeito pelo trabalho e pelos trabalhadores. Embora muitos exemplos desta proposição pudessem ser encontrados nos artigos de *Cultura Política*, é mais interessante, para os objetivos do artigo, buscá-los nas falas de Marcondes pelo rádio.<sup>8</sup>

São falas coloquiais, voltadas especificamente para os que trabalham *com as próprias mãos* e que recebem a atenção e o apreço de um ministro que a eles se dirige como um encarregado direto do Presidente. É este, na verdade, que tudo antevê, tudo pensa e tudo manda fazer.

Como já ressaltamos, se as virtudes de estadista de Vargas são decantadas em todos os discursos, também o são as qualidades do *homem trabalhador brasileiro*, mais forte que as forças brutas da natureza e o desinteresse continuado de elites que o ignoravam. O imenso território e seus homens andaram largados por quarenta anos. Mas tudo se transformara, quando o Estado se fez presente, implantando a democracia social por meio da legislação trabalhista, previdenciária e sindical. Era ela que finalmente estava libertando o trabalhador dos grilhões do desamparo público e do desrespeito patronal, garantindo direitos efetivos, presentes na Carteira do Trabalho e na ação da Justiça do Trabalho. O que o ministro realizava, pelas palestras, era a divulgação desses direitos, para que fossem conhecidos e reclamados. O ministro investia na mudança de *mentalidade* sem a qual as leis existiriam em teoria, mas não na prática.

“Por isso, é necessário e indispensável que, de par com a política legislativa social que o Brasil, sob a orientação clarividente do presidente Vargas, vem pondo em prática desde 1930, haja correlatamente uma política *educativa* no sentido social. É imprescindível, (...) o desenvolvimento no seu povo, e espe-

cialmente em suas elites, de um espírito de compreensão das responsabilidades e necessidades sociais. É preciso que se radique em todas as esferas (...), o sentimento do bem estar coletivo, a certeza de que enquanto houver miseráveis, doentes ou necessitados, precária e ilusória será a prosperidade dos demais.” (Marcondes Filho, 1943, p. 369).

Este é o longo e sistemático discurso presente em todos os discursos ministeriais de 1942 a 1945. A história do Brasil é, por ele, a história do trabalho no Brasil, pois é o trabalho a base de toda a grandeza e riqueza das nações. Esta história tem dois tempos fundamentais demarcados pela Revolução de 1930 e pela obra que a caracteriza por excelência: a legislação social-trabalhista. Nesta grande revolução ganharam todos os brasileiros, em destaque os trabalhadores e, dentre eles, os negros, finalmente reconhecidos e valorizados por sua contribuição econômica e cultural. Afinal, é no Estado Novo que o país se torna nacional e oficialmente mestiço, celebrando o Dia da Raça, ao lado do Dia do Trabalho, do Dia da Independência e outros dias.

Numa outra versão do passado brasileiro, aquele das tradições populares, as danças e a música negra ganham indiscutível relevo. O samba, a capoeira, a feijoada e mesmo os cultos religiosos, sempre tão combatidos, chegam a ganhar o estatuto de símbolos nacionais. Até Vargas, apelidado Gê Gê, aceita ser caricaturado como malandro, é bem verdade que apenas matreiro e já amante do trabalho. De fato, vivia-se um novo tempo.

### 3. SOBRE COMUNHÃO DE SENTIDOS E OS SENTIDOS DA COMUNHÃO

“Getúlio foi tudo para o nosso povo, foi muito bom pro pessoal da lavoura (...) Antes de Getúlio não tinha lei. Nós éramos bicho. A Princesa Isabel só assinou, Getúlio é que libertou a gente do jugo da escravatura.” (Cornélio Cancino, entrevista a Ana Maria Lugão Rios. Juiz de Fora-MG, 09/05/1995)

Cornélio Cancino nasceu em 1913, na fazenda São Felipe, nas imediações de Juiz de Fora, onde seu pai, o ex-escravo Ramiro, era colono. Segundo seu Cornélio, seu pai trabalhava na turma das lavouras da fazenda e mantinha uma lavoura própria, da qual cuidava com a família. Certo dia, deixou de trabalhar na turma para melhor cuidar de sua lavoura. O fazendeiro, em represália, mandou que derrubassem a cerca e colocou seus bois para comerem as roças da família. Seu Ramiro não se conformou com a agressão, deixou a fazenda São Felipe e partiu para São José, onde sua mãe era proprietária de algumas glebas de terra.

Nas terras da “Vó Jesuína”, moravam cinco famílias na década de 20. A memória do cativo e, especialmente, da abolição, era constitutiva da identidade social dessas famílias. A avó Regina teria vindo de Angola já com a filha Jesuína. Juntas teriam sido vendidas para a Fazenda São José, onde estabeleceram vasta descendência, que permaneceu por cerca de trinta anos reunida em tornos das terras que as duas africanas teriam conseguido comprar dos ex-senhores, logo após a emancipação

Mas mesmo ali, nas terras da família, aos 13 anos, Seu Cornélio teria visto um colono chicoteado e arrastado a laço por não ter votado no candidato do fazendeiro da região. O episódio o teria feito decidir-se a deixar o trabalho na roça e sair fugido para Juiz de Fora, onde passou a trabalhar como ajudante de pedreiro. Pela mesma época, fim dos anos 20, início da década de 30, seus irmãos mais velhos já tinham todos tomado decisão semelhante, escolhendo como destino o Rio de Janeiro. No Rio de Janeiro, um irmão de seu pai teria rapidamente obtido alguma prosperidade, trabalhando como camelô, acabando por levar até mesmo o velho Ramiro para a cidade. Ramiro, entretanto, não se adaptou e retornou à roça. As terras da Vó Jesuína ainda hoje pertencem à família Cancino.

Obviamente, Seu Cornélio não lia a revista *Cultura Política*. Não apenas porque tinha uma alfabetização muito precária, mas também porque apesar de negar à Princesa Isabel os méritos da extinção da escravatura, o fazia por motivos bem distintos dos articulistas da revista que advogavam a mesma idéia. Antes que o abandono e a desorganização do trabalho é a continuidade do poder pessoal dos fazendeiros que informariam, em sua fala, a referida continuidade. Por outro lado, Seu Cornélio viveu, entre as décadas de 20 e 40, um processo de migração rural/urbano que o tornavam ouvinte potencial das falas de Marcondes, sem que ele perdesse totalmente (por sua opção de permanecer em Juiz de Fora) um referencial no mundo rural circundante. Tornara-se, também, ao longo da vida, um homem interessado em política, que em uma entrevista de tipo genealógico e de história de vida, pouco tematicamente voltada para questões políticas, citava naturalmente diversos presidentes, além do próprio Getúlio, como Artur Bernardes e Eurico Dutra.

Viveu, sem dúvida, um novo tempo, diferente do vivenciado por seu pai, o Velho Ramiro. Nesse “novo tempo”, quais caminhos tornaram possível que ele sintetizasse, em 1995, de forma surpreendentemente clara, uma versão de periodização da história do trabalho no Brasil veiculada explicitamente pela política cultural do Estado Novo?

Seu Cornélio não será o único descendente de ex-escravos a fazê-lo. Apesar disto, como já pudemos notar, nem tudo é comunhão de sentidos entre a fala de

Seu Cornélio e as interpretações históricas revisionistas propagadas pela política cultural do Estado Novo.

O depoimento de Seu Cornélio está depositado no LABHOI-UFF, no âmbito do acervo “Memória do Cativo”. Este acervo se constituiu propondo-se a receber e arquivar de forma apropriada entrevistas produzidas em projetos de História Oral com indivíduos portadores de uma memória familiar da escravidão.

Este acervo conta com cerca de 60 horas de gravação em 29 depoimentos de três diferentes pesquisadores que atuaram em áreas rurais do Rio de Janeiro, do Espírito Santo e de Minas Gerais. Entrevistados e pesquisadores autorizaram o arquivamento do material no Laboratório, bem como sua abertura ao público em geral após a conclusão de suas respectivas teses. Seu Cornélio foi entrevistado por Ana Lugão Rios em 1995.

Esta não é uma experiência pioneira. Maria de Lourdes Janotti e Sueli Robles R. de Queiroz coordenaram projeto semelhante em São Paulo, 1988, intitulado *Memória da Escravidão em famílias negras de São Paulo*. Transcrições das entrevistas realizadas, analisadas em mais de uma dissertação de mestrado, encontram-se arquivadas no Centro de Apoio à Pesquisa em História – Sérgio Buarque de Holanda (FFLCH-USP), caixas 1 a 16. São ao todo 44 famílias entrevistadas. As entrevistas, via de regra, foram feitas com três pessoas de diferentes gerações de cada uma das famílias.

Também no Rio Grande do Sul, Agostinho Mario Dalla Vecchia produziu uma tese e dois volumes de transcrições de 32 depoimentos com descendentes de ex-escravos.

A partir de iniciativas como estas, talvez tardiamente constituam-se no Brasil acervos potencialmente capazes de embasar uma abordagem histórica da inserção social do liberto após a abolição da escravidão. Foi com este objetivo mais genérico que Hebe Mattos, uma das autoras deste artigo, propôs-se a retrabalhar os 93 depoimentos de filhos de camponeses negros nascidos nas primeiras décadas deste século, que a releitura destes três acervos de entrevistas permitiram reunir.

Na verdade, apesar de uma anteriormente propalada falta de fontes, sabemos hoje que são inúmeras e ainda insuficientemente exploradas as fontes relativas à escravidão no Brasil, tendo em vista que o estatuto jurídico específico que recaía sobre os escravos os transformava numa categoria classificatória necessária em quase quaisquer tipos de fontes primárias do período. Quando se trata do período pós-emancipação, entretanto, tem-se apenas (e mesmo assim precariamente) as designações raciais como via de acesso aos ex-escravos, reforçando a associação mais geral entre negritude e escravidão. Ou seja, parte-se do princípio de que, como a imigração africana para o Brasil se alicerçou basicamente na continuidade do tráfico negreiro, o reconhecimento de uma identidade “negra” deveria estar

baseada em algum tipo de laço genealógico com a África e/ou com a experiência da escravidão. Pelo menos, foi tendo em vista esta premissa que, nos acervos aqui retrabalhados, os pesquisadores tentaram encontrar no campesinato negro nascido nas primeiras décadas deste século, uma memória familiar da experiência da escravidão e da abolição. Ou seja, de uma forma geral, partiram do princípio que o fato da família identificar-se como “negra” deveria implicar também em uma memória familiar da escravidão.

Apesar disto, em cerca de 30% dos casos esta memória familiar não existia. Em alguns casos isolados era explicitamente negada pela afirmação de que seus pais ou avós haviam sido senhores de escravos. Mesmo em comunidades negras do Espírito Santo e de Minas Gerais que tinham seu mito de origem na abolição da escravidão, uma memória específica da experiência do cativo, do ponto de vista da história familiar, nem sempre existia. 34,3% das entrevistas gaúchas, 35,7% das entrevistas fluminenses/mineiras, 33,3% das entrevistas do Espírito Santo e 18,7% das entrevistas rurais com a primeira geração de entrevistados de São Paulo, não se referiam a uma memória familiar do cativo.

Isto não deveria ser uma surpresa. Uma pesquisa com depoimentos orais de diferentes gerações de famílias da comunidade de pescadores de Itapuã, em Salvador-BA, revelou que as gerações mais velhas dos itapoãzeiros entrevistados tenderam a negar em seus depoimentos qualquer ascendência escrava em suas famílias (por diversas vezes afirmando terem seus antepassados sido senhores de escravos, o que em alguns casos foi empiricamente confirmado), ao mesmo tempo em que buscaram, do ponto de vista genérico, uma vinculação com a ascendência indígena ao se definirem como caboclos. Já as novas gerações quando entrevistadas, frequentemente se identificaram como negros e afro-bahianos, buscando construir, do ponto de vista genérico, um vínculo de origem na tradição de resistência e rebeldia escrava de Salvador<sup>9</sup>.

Já há algum tempo a antropologia e a história social têm colocado em evidência o sentido político de toda noção de pertencimento étnico e de identidade social. Desta perspectiva teórica, não são poucos os trabalhos que têm apontado para a extrema politização e plasticidade destas fronteiras no que se refere às designações raciais no Brasil<sup>10</sup>. Para além disto, uma memória genealógica curta associada ao trabalho familiar e à valorização da autonomia, configurando uma identidade camponesa mesmo nos casos de maior instabilidade do acesso à terra, tem se mostrado característica das antigas áreas escravistas do Centro-Sul em mais de um trabalho de pesquisa, fossem as comunidades pesquisadas formadas majoritariamente por “negros” ou por descendentes de imigrantes (Mattos de Castro, 1996).

Se temos isto em mente, é a alta proporção da existência de uma memória familiar específica da experiência do cativo nos acervos retrabalhados que deve

ser inicialmente explicada e não o contrário. O fato dos conjuntos de entrevistas se concentrarem em áreas rurais do centro sul do país (antigas áreas cafeeiras do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Minas Gerais e do Espírito Santo, e as áreas pecuaristas e charqueadoras do Meridiano Gaúcho) dominadas pela grande propriedade e dependentes do trabalho escravo até as vésperas da abolição definitiva do cativeiro, onde predominou um processo muito menos gradual de abolição da escravidão, mostra-se essencial para o entendimento desta especificidade.

Por outro lado, para além da unidade devida à relativa homogeneidade regional de cada grupo de depoimentos, a unidade do roteiro e os objetivos dos entrevistadores que, mesmo de maneira diferentes, mostravam-se todos explicitamente preocupados com a temática da escravidão há de ser necessariamente considerada. As entrevistas aqui analisadas só podem ser abordadas enquanto resultado de uma relação entre entrevistador e entrevistado.

Uma releitura deste tipo de relato coloca o pesquisador, portanto, frente a frente não apenas com o discurso daqueles que, nascidos no meio rural do centro-sul do país em princípios deste século, reconheciam-se como descendente de ex-escravos, mas também com o tipo de questão que os entrevistadores lhes formularam, impondo desafios teóricos, metodológicos e éticos.

Teoricamente, decidiu-se abordar cada conjunto de entrevistas como uma estrutura narrativa de síntese, resultante de um confronto entre o pesquisador e seus objetivos de pesquisa e cada um dos entrevistados. Várias escolhas estão contidas nesta afirmação. Ao tratar as entrevistas basicamente em seu caráter narrativo, estava-se pragmaticamente abrindo mão de checar com outras fontes as "informações" dos depoentes. Expediente possível talvez para o pesquisador imediato, mas inacessível para quem faz uma segunda leitura destes depoimentos. Ao considerar cada conjunto como uma única estrutura narrativa, estava-se também reconhecendo que desde a escolha dos depoentes até o roteiro desenvolvido, a unidade dos depoimentos é fruto do projeto de pesquisa que gerou cada acervo a ser trabalhado. Por outro lado, considerou-se que a entrevista, enquanto modelo narrativo, oferecia elementos para se ir além das intenções do pesquisador original e tentar trabalhar as tensões e confrontos que conformaram cada conjunto analisado. Isto não significa que se acredite que as fontes orais, ou as chamadas fontes de memória de uma maneira geral, não possam fornecer importantes *insights* para a história dos últimos escravos após a emancipação, ou mesmo para a experiência dos últimos escravos antes da abolição. Apenas, qualquer abordagem sobre as chamadas fontes de memória (entrevistas de história de vida, autobiografias, etc.) que não levem em conta seu sentido eminentemente político (em sentido amplo), estará limitada em maior ou menor grau a modelos datados e parciais de apropriação do passado.

Esta abordagem implicou em determinados desafios metodológicos e éticos. Como desenvolver uma abordagem estrutural sobre o conjunto das entrevistas sem perder de vista a riqueza de subjetividades que caracterizam os projetos de História Oral e, principalmente, as tensões entre os indivíduos que a constituíram? Como analisar estas tensões e, portanto, os *bias* de cada projeto, sem se apropriar indevidamente do trabalho dos colegas historiadores que construíram cada um dos acervos analisados?

Metodologicamente, o primeiro passo foi tentar definir em termos mais gerais as principais características – em termos de conteúdo analítico e padrão narrativo – que informavam cada um dos conjuntos analisados. Eticamente, buscou-se não somente ler e citar o conjunto de trabalhos acadêmicos já resultantes da análise daqueles acervos, como explicitar o mais possível o papel autoral que se reconhece aos pesquisadores em cada um dos projetos. Os familiarizados com as discussões específicas à História Oral sabem das muitas polêmicas que circundam a questão dos direitos autorais. De qualquer modo, apesar da prática comum de cessão de direitos, a autoria nestes projetos é reconhecida aos entrevistados. Mesmo assim sendo do ponto de vista legal, considerou-se que, do ponto de vista real, apenas a autoria conjunta dá conta do entendimento do documento produzido por este tipo de projeto.

Neste sentido, para uma nova abordagem sobre estes acervos foi preciso considerar diferentes modelos de entrevistas, fortemente diferenciados em estrutura (entrevistas de história de vida, temáticas, genealógicas) e objetivos (históricos, antropológicos, demográficos, entre outros), que determinaram em grande medida os tipos de informação e de narrativa resultantes de cada um deles. Uma análise específica de cada um destes modelos foge aos limites dos objetivos deste artigo, já tendo sido desenvolvida em textos anteriores.

Sobre estes diferentes conjuntos de entrevistas, tentou-se uma nova operação do ponto de vista metodológico, reunindo as 66 entrevistas com portadores de uma memória familiar do cativo, no conjunto considerado. Isto significa que se buscou trabalhar apenas com aqueles que se identificavam diretamente como descendentes de um(a) ex-escravo(a). Partiu-se do princípio que as semelhanças narrativas porventura encontradas em entrevistas produzidas no contexto de projetos de história oral altamente diferenciados, assumiriam necessariamente especial relevância do ponto de vista histórico e social. O que se vai explorar aqui, ainda bastante preliminarmente, são as “coincidências narrativas” em relação aos significados atribuídos à escravidão e à liberdade nos depoimentos assim reunidos.

De forma geral, diferentes significados de escravidão aparecem nos depoimentos arrolados, referenciados à abordagem do entrevistador, à história de vida do entrevistado ou ao contexto específico à cada entrevista. Para responder às per-



guntas dos entrevistadores, os entrevistados freqüentemente recorrem a contos populares ou ao que uma vez aprenderam nos livros didáticos, na igreja ou nos sindicatos, bem como às informações veiculadas sobre o tema pelo cinema e pela televisão. Neste processo surgem cafezais no Rio Grande do Sul, como na novela da Globo exibida à época das entrevistas gaúchas, o seriado americano *Raízes (Roots)* torna-se referência recorrente das respostas do informante em uma das entrevistas paulistas, um ativista do movimento negro faz sua genealogia familiar remontar à África, mas não à escravidão (modelo adotado também pelas genealogias dos fundadores das casas de candomblé do Rio de Janeiro). Se as entrevistas de Ana Lugão partem de um roteiro genealógico, tomando as relações familiares como ponto de partida, as de Dalla Vechia tem na negação da existência de relações familiares entre os escravos um de seus objetivos, o que obviamente incidiu sobre as representações sobre família e escravidão encontradas em cada um dos conjuntos.

Apesar disto, alguns padrões de referência à escravidão são incrivelmente similares nos diversos conjuntos de entrevistas analisados. Em todos eles, os entrevistados raramente se utilizam espontaneamente da palavra “escravo” ou “escravidão”, dando preferência aos termos “cativo” e “cativeiro”. Em todos os conjuntos, também, os depoentes utilizam a noção de “tempo do cativeiro” como referência mais geral de periodização<sup>12</sup>.

Mário Maestri já se referira a esta especificidade ao comentar os depoimentos de ex-escravos por ele publicados em 1988, classificando-a com um “vocabulário arcaico”. Segundo Maestri, “os depoimentos sugerem-nos que se para a historiografia brasileira aboliu-se a escravidão, para os escravizados, ao contrário, ‘gritou-se a libertação’ dos ‘cativos’”. Este mesmo vocabulário reaparece, impondo-se aos pesquisadores, nas entrevistas selecionadas em todos os conjuntos pesquisados. Da mesma forma, como também registrado por Maestri em relação aos depoimentos dos ex-escravos Mariano Pereira dos Santos e Maria Chatinha, a abolição aparece nas 66 entrevistas assim recortadas como um divisor de águas, verdadeiro recurso de periodização, um marco entre dois tempos: o do cativeiro e o da liberdade.

É inescapável a sensação de que se está diante de um vocabulário arcaico, no caso das entrevistas aqui analisadas, ouvido dos pais ou avós que haviam sido escravos. No entanto, as palavras escravo e escravidão não eram inexistentes ou pouco usadas em finais do século passado. Há de se refletir, portanto, sobre o porque desta utilização preferencial dos termos “cativo” e “cativeiro” pelos últimos escravos brasileiros. Juridicamente “cativo” e “escravo” não eram sinônimos no Império português ou na monarquia brasileira. O cativo era aquele que havia sido capturado e a partir daí privado de sua liberdade. Apesar do peso do tráfico

africano na reprodução da escravidão no Brasil, o termo “cativo” era bem mais comum nas fontes brasileiras referentes à escravidão indígena, onde o apresamento se dava de forma mais próxima. Em qualquer caso, escravo era aquele que já nascera sob esta condição jurídica. A condição de mercadoria e a submissão a um senhor, além da idéia de trabalho forçado, estão mais relacionados à definição de escravo do que a de cativo.

De qualquer modo, a idéia de apresamento e privação de liberdade é a que se destaca no próprio uso que os depoentes fazem da palavra cativo, frequentemente colocada em oposição aos qualificativos “ventre livre” e “brasileiro”. Em mais de um depoimento, nos diversos conjuntos, menciona-se algum ascendente que não havia sido cativo porque já era “brasileiro” ou “ventre livre”. Esta linguagem opõe, portanto, cativo e liberdade, qualificando o cativo como “estrangeiro” (em alguns casos especificamente como africano) em oposição aos “ventres livres” (em alguns casos definidos como “brasileiros”).

Além disto, nas entrevistas selecionadas, os significados do “tempo do cativo” se definiriam não apenas pela falta de liberdade, mas também (e principalmente) pela redução de seres humanos à condição de animais e de simples mercadorias. A condição de mercadoria e a associação com a criação de gado são recorrentes, especialmente nas referências à preferência pelos negros de canela fina no ato da compra e ao ato de comer na gamela coletiva como os animais. Os castigos físicos também definem essencialmente este tempo, presente nas diversas narrativas de requintes de crueldade, muitas vezes associadas a uma “memória do feitiço” (Martins, 1995), ou seja a uma punição do torturador por meio de poderes mágicos do cativo torturado – (a morte dos filhos nos casos das sinhás ciumentas, suicídios, doenças incuráveis, perda total da colheita, incêndios, etc) – sempre definido como estrangeiro e africano.

Em seu conjunto, as 66 entrevistas aqui selecionadas produzem uma determinada definição de cativo, extremamente próxima àquela caracterizada por Finley em seu trabalho clássico sobre a escravidão antiga (Finley, 1991): o cativo se define como uma mercadoria viva (à semelhança dos animais) e como um estrangeiro. Mas este sentido não esgota as possibilidades de vivência do cativo. Define antes seu sentido genérico, do qual, via de regra, a tradição familiar dos narradores procura se diferenciar. Neste sentido, os pais ou avós dos narradores nunca compartilham, por razões variadas, daquelas condições atribuídas de maneira genérica ao tempo do cativo.

Em um caso paradigmático neste sentido, Ezequiel Inácio, entrevistado por Ana Rios, recorre a um “caso” para definir a excepcionalidade de seu avô paterno. Segundo Seu Ezequiel, seu pai lhe contara que ele era um escravo especialmente trabalhador e por isso merecedor de um tratamento diferenciado em relação

aos demais escravos. Seu talento era de tal monta que seu senhor apostou com outro fazendeiro que ele sozinho apanharia mais café que todos os escravos da outra fazenda. Cada um teria apostado a própria fazenda neste desafio. O pai do depoente, ainda menino, teria lhe levado o almoço na fazenda vizinha, colocando-se como testemunha ocular da história que contava e da excepcionalidade da situação do pai:

“Aí meu pai deixou a vasilha do almoço e voltou para casa, foi embora, mais o meu avô não morava na senzala junto com os outros não, meu avô tinha uma casinha de sapê bem fora da fazenda, retirada um pouco, fora da Fazenda. Ele não dormia não ... não dormia dentro da senzala não ... numa casa separada”.

Como era de se esperar, ele sozinho apanhou mais café que todos os outros. O capataz do fazendeiro rival reconheceu a derrota de seu grupo de escravos e ato contínuo teria começado a bater nos mesmos como castigo por terem feito o senhor perder a fazenda. Apanharam tanto os escravos que o avô do depoente tratou de recusar um convite para pernoitar na fazenda e voltou logo para casa, temeroso de ser morto pelos demais se ali permanecesse, já que era o culpado pelos seus infortúnios. Ao chegar em casa, teria ouvido do senhor, mais rico em uma fazenda graças a seus serviços:

“Falou assim, bom agora você pode ir embora, quatro dias você não me aparece aqui na fazenda, fica por lá junto com sua mulher em casa, junto com suas crianças, pode ficar quieto lá, não me aparece aqui, quatro dias, pois é, amanhã eu vou lá para mim receber esta fazenda”.

As coincidências narrativas até aqui privilegiadas nos falamos, portanto, de uma definição de cativo como ausência absoluta de direitos e de alternativas pessoais ou privilégios. Neste contexto, a libertação significou a transformação definitiva daqueles privilégios efetivamente em direitos civis básicos (à integridade física, ao direito de ir e vir, ao direito de constituir família, etc.).

Ao mesmo tempo, estas mesmas coincidências narrativas nas entrevistas trabalhadas nos falamos dos temas do trabalho e da política como elementos de continuidade entre o tempo do cativo e o tempo da liberdade.

“...eu fui muito sacrificado na minha vida de criança ... eu tinha um sacrifício na vida danado. Eu com a idade de 14 anos tava capinando ... trabalhando pros outros, passando mal, dormindo mal dormido, comendo mal comido ... eu fui escravo do mundo.” (Joaquim Elias [Sr. Julião], entrevista a Karina Cunha Baptista e Jacqueline Ribeiro Cabral. Macuco-RJ, 27/10/1995).

“Ah, ele contava que trabalhava e apanhava muito. Claro ... eu me criei debaixo de laço. Agora, eles escravos ... como é que tu acha que eles poderiam tá? Em baixo de laço, também.” (Oswaldina Siqueira da Silva, entrevista a Agostinho Dalla Vechia. Pelotas-RS, nov/1990)

Como nos casos acima, as falas sobre o trabalho guardam, de forma geral, um sentido de sacrifício continuado e pouco compensador, comum ao trabalho rural seja sob a exploração da escravidão, nas turmas de camarada das grandes fazendas ou na roça da família, sob o comando do pai.

Também neste ponto, a narrativa de Seu Ezequiel Inácio é instrutiva, nela, é a fala do fazendeiro “Amanhã eu vou lá receber esta fazenda”, que conclui o caso. Ora, frases como estas (e elas se repetem) nos falam de trabalho e de apropriação dos frutos do trabalho como elemento de continuidade entre o tempo do cativo e o tempo da liberdade.

O mesmo sentido de continuidade básica reproduz-se, também, quando se tem como referência o mundo da política. São também generalizadas as coincidências narrativas que nos falam da política nos anos que se seguiram à abolição como uma continuidade das disputas privadas entre as facções dos poderosos locais. Destaca-se, especialmente, a forma fortemente pessoalizada e desideologizada com que eram, em geral, apresentadas as fidelidades políticas verticais nas falas dos depoentes. Nada mais expressivo neste sentido que a afirmação de Ildebrando Garcia a Dalla Vechia, quando indagado sobre sua participação (aliás bastante ativa) na Revolução de 1923, no Rio Grande:

“Entrevistador: - E, que finalidade tinha essa guerra aí?

Ildebrando: - Por causa da core. Um era azul, outro era colorado.”

É neste ponto que reencontramos Getúlio e a política cultural do Estado Novo. Nestes dois pontos (política e trabalho), o marco de descontinuidade nas falas analisadas se apresenta, de forma generalizada, referido à experiência de passagem do rural ao urbano nos anos 30 e 40 deste século e/ou a uma experiência de quebra ou de fragilização do poder políticos dos fazendeiros a nível local, neste mesmo período. Ambas as experiências, em apenas alguns casos, porém de forma comum a todos os conjuntos analisados, aparecem associadas diretamente à figura de Getúlio.

“... a Princesa Isabel acabou com o cativo, mas... mas depois continuou o aperto ainda. Quem derrubou um bocado esse aperto foi Getúlio Vargas, em 1930, foi derrubando, derrubando e acabou com o cativo ... até acabou com o aperto, não é cativo não, é o aperto. O cativo acabou em 1800 e pou-

co, o cativoiro tem uns cem anos, mais de cem anos que acabou. Fez cem anos em 1998 .... 1988 fez cem anos. Mas o pessoal continuou a sofrer. Em 30 que houve a libertação, que antes disso, de 30, os fazendeiros ainda prendiam os camaradas a força. Botava na frente, levava a cavalo ... não tinha lei. Depois que o Getúlio acabou com esse negócio ... botou lei, lei, lei até que mataram ele depois. Quem botou a lei foi Getúlio, antes não tinha lei não. O preto não tinha ... o preto era o mais sacrificado do mundo, a cor preta era escravejada, ninguém gostava ... tinha racismo, o preto não tinha valor para nada.” (Joaquim Elias (Sr. Julião), entrevista citada)

Versões como estas precisam ser analisadas para além de seu caráter de repetição de uma “história oficial”. Em primeiro lugar é preciso que se explicita que elas não são majoritárias enquanto explicação dos marcos cronológicos abolição/legislação social nos depoimentos trabalhados. Na forma acima, associando explicitamente os marcos de ruptura à figura de Vargas, mostram-se restritas a poucos depoimentos, mesmo que presentes em todos os conjuntos trabalhados (pelo menos um ou dois casos em cada um dos acervos). O que é preciso considerar, para se entender em toda sua amplitude o poder de comunicação da política cultural estadonovista neste ponto específico, é que este tipo de interpretação ganhava inteligibilidade na medida em que se referia a estruturas de periodização efetivamente generalizadas e referenciadas à vivência familiar dos narradores. A apropriação dessa interpretação histórica se fazia possível nos casos considerados, porque era capaz de dialogar com a experiência pessoal dos narradores e com a tradição familiar referente à memória do cativoiro, tornando possível ressignificá-las conforme mensagens amplamente divulgadas, da escola ao rádio.

**ABSTRACT:** The first part of this article aims to examine the terms of New State's reinterpretation of the Brazilian history, as expressed in *Cultura Política* review and on the radio speeches of the Labor Minister, establishing the context of its formulation and the contents and figures inscribed on its plot. The second part is dedicated to relate the terms of this politics to its reception by specific part of the population: slave descendants who lived Era Vargas or had information about it through parents and grand-parents.

**PALAVRAS-CHAVE:** cultural politics – labor – “New State” – slavery

## NOTAS

1. Um trabalho com esta seção da revista, de forma mais alongada, foi empreendido no livro de Angela de Castro Gomes, *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo* (Gomes, 1996).
2. "Influência política sobre a evolução social, intelectual e artística do Brasil". *Cultura Política*, 5, jul/1941.
3. Dois artigos podem ilustrar esta linha de reflexão: Mercedes Dantas, "As idéias democráticas e o artificialismo constitucional do Império", *Cultura Política*, 36, p. 59-68, jan/1944 e Gomes de Moura, "Da Independência ao Estado Nacional", *Cultura Política*, 36, p. 69-74, jan/1944.
4. Iremos trabalhar com alguns artigos por tratarem especificamente da questão. Aqui, Aurélio Linhares, "A Abolição", *Cultura Política*, 22, p. 101-9, dez/1942, p.102.
5. Dois textos insistem neste perfil, ambos do mesmo autor. O acima citado e "A Abolição apressou a queda da monarquia?", *Cultura Política*, 36, p. 84-9, jan/1944; a citação é da p. 85.
6. Todas as observações são do artigo de Aurélio Linhares acima citado.
7. Idem, p. 108. Para que não se pense que tal diagnóstico tinha um necessário comprometimento com Vargas e o Estado Novo, vale mencionar que Nelson Werneck Sodré, que também escreve em *Cultura Política*, compartilha do que chama de *o golpe do 13 de maio* sobre a sociedade e a população trabalhadora, em especial a negra, que não tem destino nem no campo nem na cidade. Ver "Sentimento de nacionalidade na literatura brasileira", *Cultura Política*, 27, p. 118-37, mai/1943, p. 126.
8. Uma análise, bem mais desenvolvida, das falas de Marcondes está em Angela de Castro Gomes, *A invenção do trabalhismo*, (Gomes, 1994), especialmente no cap. VI. Aqui, apenas nos ateremos a alguns aspectos bem ligados à questão do artigo e não faremos citações específicas, pois os pontos ressaltados estão dispersos em muitos e muitos discursos.
9. Este ponto foi colocado especialmente em relevo em artigo de Katia Mattoso sobre a memória do cativo no Brasil. Cf. Katia de Queiros Mattoso. "Au Brésil: cent ans de memoire de l'esclavage". *Cahiers des Amériques Latines*, n. 17, p. 65-84.
10. Cf., entre outros, Fry, 1995/96; Maggie, 1996; Sheriff, 1995; Castro, 1995; Monteiro, 1993.
11. Cf., entre outros, Ribeiro, 1996; Rios, tese em elaboração.
12. Um primeiro tratamento desta coincidência narrativa foi realizado por Karina Baptista, bolsista de iniciação científica do LABHOI, em sua monografia de bacharelado "O Diálogo dos Tempos: memória, história e identidade social nos depoimentos orais de descendentes de escravos brasileiros" (Baptista, 1996).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAPTISTA, Karina. "O Diálogo dos Tempos: memória, história e identidade social nos depoimentos orais de descendentes de escravos brasileiros". Monografia de Bacharelado, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1996.
- FINLEY, Mose. *Escravidão antiga e ideologia moderna*. Rio de Janeiro, Graal, 1991.
- FRY, Peter. "O que a Cinderela Negra tem a dizer sobre a 'política racial' no Brasil". In: *Revista USP*, 28, (dez-fev 1995/96).
- GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.
- \_\_\_\_\_. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1996.
- MAGGIE, Yvonne. "Aqueles a quem foi negada a cor do dia: as categorias cor e raça na cultura brasileira". In: Maio/Santos (org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro, Editora FIOCRUZ, 1996.
- MARCONDES FILHO, Alexandre. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*, 123, p.367-70, nov/1943.
- MARTINS, Robson. "Memória do feitiço". Relatório apresentado ao Centro de Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, 1995 (mimeo).
- MATTOS DE CASTRO, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1995.
- \_\_\_\_\_. "Memory of Slavery: ethnicity, class and gender in the oral memorabilia of slave descendents." Anais da IX International Oral History Conference. Gotemburgo - Suécia, 13-16 jun/1996.
- MONTEIRO, Tania Penido. "La voix d'Itapuã: images du passé et vision du changement. Ethnotextes d'un réseau de culture populaire dans l'Etat de Bahia, Brésil". *Thèse de Doctorat d'Histoire (nouveau régime) sous la Direction de M. le Professeur Philippe Joutard*. Université de Provence Aix-Marseille I, março 1993.
- PRAZERES, Oto. "As dissoluções do parlamento brasileiro", *Cultura Política*, 34, p. 195-210, nov/1943.
- RIBEIRO, Patrícia. "Os registros da memória entre os colonos da região de Nova Friburgo". Monografia de Bacharelado, Niterói, ICHÉ, UFF, 1996.
- RIOS, Ana Maria Lugão. "My mother was a slave, I'm not". Tese doutoramento em elaboração. University of Minesota.
- SHERIFF, Robin E. "Negro é um apelido que os brancos deram aos pretos: discursos sobre cor, raça e racismo num morro carioca". IFSS/UFRJ, 1995 (mimeo).